

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.499.771 - PB (2019/0128193-6)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
ADVOGADOS : **WILSON SALES BELCHIOR - PB017314A**
KARLA GERMANA ANDRADE DE SOUZA E OUTRO(S) -
PB015213
AGRAVADO : **FREDERICO PEÇANHA DE VASCONCELOS**
REPR. POR : **ALEXANDRE JOSE GUERRA CAVALCANTI**
ADVOGADO : **CAIO CESAR TORRES CAVALCANTI - PB016186**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRADO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE PERFAZIMENTO OBRIGACIONAL DE SUBSCRIÇÃO ACIONÁRIA E PERDAS E DANOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ART. 932, INC. III, DO NCPC. AGRADO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

FREDERICO PEÇANHA DE VASCONCELOS (FREDERICO) ajuizou ação de perfazimento obrigacional de subscrição acionária e perdas e danos contra TELE NORTE LESTE – TELEMAR – OI (TELEMAR), que foi julgada procedente.

A apelação interposta por TELEMAR não foi provida pelo Tribunal de origem, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO INTERNO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA. AÇÃO AJUIZADA PELO TITULAR DAS AÇÕES. REPRESENTAÇÃO POR PROCURADOR. REJEIÇÃO. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE PERFAZIMENTO OBRIGACIONAL DE SUBSCRIÇÃO ACIONÁRIA E PERDAS E DANOS. DENUNCIAÇÃO DA LIDE. DESNECESSIDADE. CONVERSÃO DO VALOR PAGO NA DATA DA INTEGRALIZAÇÃO DAS AÇÕES. SÚMULA Nº 371 DO STJ. DESPROVIMENTO DO APELO. MANUTENÇÃO DA MONOCRÁTICA. DESPROVIMENTO DO RECURSO REGIMENTAL.

- "O cessionário de contrato de participação financeira tem legitimidade para ajuizar ação de complementação de ações somente na hipótese em que o instrumento de cessão lhe conferir, expressa ou tacitamente, o direito à subscrição de ações, conforme apurado nas instâncias ordinárias" (STJ, REsp 1301989/RS, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/03/2014, DJe 19/03/2014).

- *É pacífica a jurisprudência pátria no sentido de que o contratante tem direito a receber a quantidade de ações correspondentes ao valor patrimonial na data da integralização.*

- *"Nos contratos de participação financeira para aquisição de linha telefônica, o valor patrimonial da ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização". (Súmula n. 371 do STJ). (e-STJ fls. 611)*

Inconformada, TELEMAR interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, alegando violação dos arts. 17, 489, § 1º, inc. IV, e 1.021, § 3º, do NCPC, e 205 e 206, § 3º, inc. IV e V, do CC, ao sustentar que (1) há deficiência nas razões recursais, pois o tribunal de origem limitou-se a reproduzir a decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno; (2) o agravado não tem legitimidade ativa; (3) não tem legitimidade passiva; e (4) houve a prescrição da pretensão autoral.

O apelo nobre não foi admitido em virtude (i) da questão da ilegitimidade passiva identificar-se com o Tema 910, decorrente do julgamento do REsp 1.651.814/SP pela sistemática dos recursos repetitivos; (ii) da questão relacionada à prescrição estar de acordo com o REsp 1.033.241/RS, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos; e (iii) da incidência da Súmula 7 do STJ.

Nas razões do presente agravo em recurso especial, TELEMAR sustentou que não é caso de incidência da referida súmula.

Sem impugnação (e-STJ, fls. 676).

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação não merece prosperar.

Consoante pacífico entendimento desta Corte, o agravante deve infirmar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o seu desacerto, de modo a justificar o cabimento do recurso especial interposto, sob pena de não ser conhecido o agravo, não cabendo a impugnação genérica ou a reiteração das razões expostas no recurso especial.

Da leitura das razões recursais, observo que o inconformismo não se dirigiu de forma específica contra os fundamentos da decisão agravada no sentido de que

as questões relacionadas à ilegitimidade passiva e à prescrição foram julgadas de acordo com os recursos repetitivos, respectivamente, julgamento do REsp 1.651.814/SP e REsp 1.033.241/RS.

Cumpre, ainda, destacar que, com o advento da nova ordem processual civil, não cabe agravo contra decisão que inadmitte recurso especial, fundada na aplicação de entendimento firmado em julgamento de recurso repetitivo, configurando-se erro grosseiro sua interposição.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO PUBLICADA NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. 1. IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA (CPC/2015, ART 932, III). NECESSIDADE. 2. PARTE DO RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDA NA ORIGEM PORQUE AS MATÉRIAS FORAM JULGADAS SEGUNDO O RITO DO ART. 543-C DO CPC: TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS CONTRATADOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. NÃO CABIMENTO DO AGRAVO NESSES PONTOS (CPC/2015, ART. 1.042). 3. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. CARACTERIZAÇÃO. 4. RECURSO CONHECIDO APENAS QUANTO À ALEGADA VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. MÉRITO. AFASTAMENTO. 5. AGRAVO PARCIALMENTE CONHECIDO PARA, NESSA EXTENSÃO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 85, §§ 8º E 11, DO CPC/2015.

1. Com o advento do Código de Processo Civil de 2015 passou a existir expressa previsão legal no sentido do não cabimento de agravo contra decisão que não admite recurso especial quando a matéria nele veiculada já houver sido decidida pela Corte de origem em conformidade com recurso repetitivo (art. 1.042, caput). Tal disposição legal aplica-se aos agravos apresentados contra decisão publicada após a entrada em vigor do Novo CPC, em conformidade com o princípio tempus regit actum.

2. A interposição do agravo previsto no art. 1.042, caput, do CPC/2015 quando a Corte de origem o inadmitir com base em recurso repetitivo constitui erro grosseiro, não sendo mais devida a determinação de outorga de retorno dos autos ao Tribunal a quo para que o aprecie como agravo interno.

3. Não se configura ofensa ao art. 535 do CPC/73 quando o Tribunal de origem, embora rejeite os embargos de declaração opostos, manifesta-se acerca de todas as questões devolvidas com o recurso e consideradas necessárias à solução da controvérsia, sendo desnecessária a manifestação pontual sobre todos os artigos

de lei indicados como violados pela parte vencida.

4. Agravo parcialmente conhecido para, nessa extensão, negar provimento ao recurso especial, com majoração dos honorários advocatícios, na forma do art. 85, §§ 8º e 11, do CPC/2015.

(AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016)

Assim, o recurso não se mostra viável, o que enseja a sua inadmissão.

Nessas condições, com fundamento no art. 932, III, do NCPC, **NÃO CONHEÇO** do agravo.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, pois já fixados no teto máximo permitido, conforme art. 85, § 2º c/c § 11 do NCPC.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator